



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

Notas de Homicídios **3**

Qual é a relação entre o **crime organizado** e os homicídios na **América Latina?**



Juan Carlos Garzón-Vergara

Woodrow Wilson Center e Fundación Ideas para la Paz

Index

- 1 **Resumo**
- 2 **Introdução**
- 3 **A América Latina é a anomalia?**
- 7 **O que explica os aumentos e diminuições no número de homicídios?**
- 9 **Regulação da violência pelo crime organizado e a redução de homicídios**
- 14 **A guerra às drogas, as políticas de *mano dura* e o aumento da violência**
- 16 **A raiz da violência: a fragilidade do Estado**
- 17 **Referências**



Qual é a relação entre o crime organizado e os homicídios na América Latina?

Juan Carlos Garzón-Vergara¹

Woodrow Wilson Center e Fundación Ideas para la Paz

Resumo

Acredita-se que a violência associada ao crime organizado e gangues seja responsável por até um terço de todos os homicídios do hemisfério ocidental. Este é o caso dos países em que os índices de violência coletiva são altos. Mas essa é apenas parte da história. Na realidade, o crime organizado também pode reduzir a incidência de homicídios visto que pode exercer o controle de territórios e regular a ocorrência de violência letal e crimes violentos. Há uma relação direta entre o controle exercido por organizações criminosas e a fragilidade das instituições públicas. Quando as autoridades públicas não são capazes de estabelecer o monopólio legítimo do uso da força, o crime organizado tem liberdade para agir. Esta Nota de Homicídio faz um exame crítico das relações entre o crime organizado e a violência letal. Para tanto, aborda os desafios que autoridades públicas enfrentam na luta contra o crime e argumenta que devido às debilidades institucionais inerentes a muitos governos da América Latina, sua capacidade de reduzir a violência homicida é limitada. Conclui que é preciso reforçar a capacidade do Estado de garantir direitos fundamentais para que melhorias significativas sejam possíveis.

¹ Juan Carlos Garzon é pesquisador vinculado ao Woodrow Wilson Center e à Fundación Ideas para la Paz. Ele agradece a Robert Muggah, Renata Giannini, Katherine Aguirre e Nathan Tompson, do Instituto Igarapé, pela revisão do rascunho deste texto.

Introdução

As características e dinâmicas da violência letal em muitos países latino-americanos estão intimamente associadas à prevalência do crime organizado e à existência de mercados ilícitos. O tamanho destes mercados pode afetar a magnitude dos confrontos violentos e as disputas entre facções rivais. É por isso que o crime organizado, o tráfico de drogas e a guerra às drogas são fatores explicativos cruciais para entender as altas taxas de homicídio em países como o Brasil e a Colômbia, mas também El Salvador, Honduras e México. Contudo, este nem sempre foi o caso. Aliás, ao se comparar a situação da América Latina e do Caribe com outras regiões do mundo, observa-se que as relações entre o tráfico de drogas, outros mercados ilícitos e a violência não são tão lineares ou diretas. Com efeito, o que surpreende é a relativa ausência de violência em muitas regiões nas quais há mercados ilícitos ativos.

Esta Nota de Homicídio faz um exame crítico das relações entre o crime organizado e a violência letal, baseando-se principalmente em dados gerados pelo Observatório de Homicídios do Instituto Igarapé². A primeira seção compara as taxas de homicídio em diversas regiões e países onde há a presença ativa do crime organizado. O objetivo é identificar fatores que possam explicar a diferença entre o que ocorre na América Latina e no restante do mundo, com ênfase na (alta) incidência de violência letal produzida por armas de fogo e os baixos índices de resolução judicial destes crimes. A segunda seção examina como as redes criminosas influenciam tanto o aumento quanto a queda da violência homicida. A última seção apresenta uma breve análise das estratégias dos Estados para combater e conter o crime organizado e as gangues, destacando as consequências negativas das abordagens excessivamente repressivas. Uma conclusão importante é que, para que as medidas de redução de homicídios sejam bem-sucedidas, é necessário que se estabeleça a autoridade legítima do Estado como responsável pela garantia e proteção dos direitos fundamentais.

2 Veja www.homicide.igarape.org.br.

A América Latina é a anomalia?

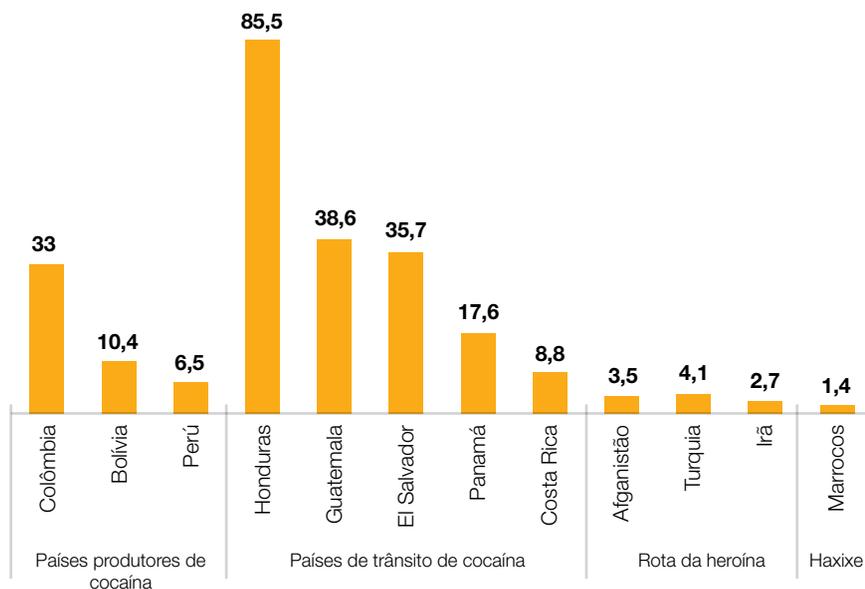
Segundo as Nações Unidas, o crime organizado e as gangues são responsáveis por mais de 30% dos homicídios registrados nas Américas (UNODC, 2014: 43). Neste contexto, a América Central e a do Sul se destacam, sobretudo quando comparadas à Europa e à Ásia, onde a proporção de assassinatos associados à violência coletiva³ representa menos de 3% de todos os homicídios registrados. É importante lembrar que essas proporções devem ser tratadas com certa cautela, pois os países contabilizam os homicídios de formas diferentes. Ainda assim, os números permitem tecer algumas reflexões sobre as possíveis relações entre o crime organizado e a violência letal. A possibilidade de que exista uma conexão robusta entre grupos criminosos e homicídios nas Américas não significa necessariamente que há menos grupos criminosos em outros lugares do mundo. A existência de um não é garantia da prevalência de outro.

O mercado de drogas ilícitas serve como ponto de partida para entender a complexa relação entre o crime organizado e a violência letal. A região andina é líder mundial na produção de cocaína. Contudo, há um forte contraste entre a alta prevalência de violência letal na Colômbia (33 homicídios por 100.000 habitantes em 2012) e as taxas de homicídio comparativamente baixas no Peru (6,5 por 100.000) e no Bolívia (10,4 por 100.000) (Muggah e McDermott, 2013). Por outro lado, as rotas de tráfico na América Central, em especial nos países do chamado triângulo norte (El Salvador, Guatemala e Honduras), contam com taxas de homicídio bem superiores a 30 por 100.000. Como mostra a Figura 1, elas contrastam fortemente com as baixas taxas encontradas em países como a Costa Rica e o Panamá (menos de 15 por 100.000). É intrigante constatar que esses países comparativamente “seguros” tenham relatado taxas altíssimas de apreensão de cocaína em 2013 (41 e 20 toneladas, respectivamente) se comparadas às baixas taxas dos vizinhos mais violentos do triângulo (UNODC, 2015).

³ A violência coletiva refere-se ao uso instrumental da violência por pessoas que se identificam como membros de um grupo – seja este transitório ou com uma identidade permanente – contra outro grupo ou conjunto de indivíduos com o fim de alcançar objetivos sociais, econômicos e políticos. Inclui conflitos violentos entre nações e grupos, Estado e grupos terroristas, estupro como arma de guerra, o deslocamento de pessoas de suas casas e violência relacionada à atuação de gangues (OMS, 2002).

A questão é que a existência de uma economia ilegal não se traduz necessariamente em altos níveis de violência letal. Embora haja limitações com relação à abrangência e qualidade dos dados, as evidências ainda são convincentes. O Afeganistão, por exemplo, que é o maior produtor de heroína do mundo, registra uma taxa de homicídios de apenas 3,5 por 100.000 habitantes⁴. De modo semelhante, países localizados na chamada “rota dos Bálcãs”, pela qual acredita-se que passe mais de 70% da heroína vendida na Europa, não convivem com os alarmantes níveis de violência encontrados na América Latina. O Irã e a Turquia, que estão nessa rota, relatam taxas de homicídio de 4,1 e 2,7 por 100.000, respectivamente. Já o Marrocos, um dos maiores exportadores de haxixe, tem uma taxa de homicídio de somente 1,4 por 100.000 habitantes. (UNODC, 2015)

Figura 1. Taxas de homicídio por 100.000 habitantes em países com presença de tráfico de drogas (2012)



Fonte: Instituto Igarapé (2015) e UNODC (2015)

⁴ Os números de homicídios podem não englobar todas as formas de violência. Em regiões frágeis, como o Afeganistão, também há mortes associadas a conflitos armados.

Outra região do mundo que ilustra a complicada relação entre o crime organizado e a violência é a área da fronteira entre o México e os EUA. Quase metade dos municípios mexicanos localizados ao longo da fronteira registraram taxas de homicídio de 40 por 100.000 ou mais no ano de 2012. Ao mesmo tempo, em condados adjacentes do lado americano, a taxa mais alta foi de 12,9 assassinatos por 100.000 habitantes. Algumas das áreas mais seguras dos EUA são vizinhas de alguns dos lugares mais perigosos do México e até mesmo do mundo (García-Ponce e Postel, 2015). Enquanto Ciudad Juárez, no México, reportou 58 homicídios por 100.000 habitantes em 2012, em El Paso, no Texas, a taxa de homicídios foi de apenas 0,6 por 100.000. A distância entre as duas cidades é de poucos quilômetros, mas os níveis de violência são de magnitudes muito diferentes.

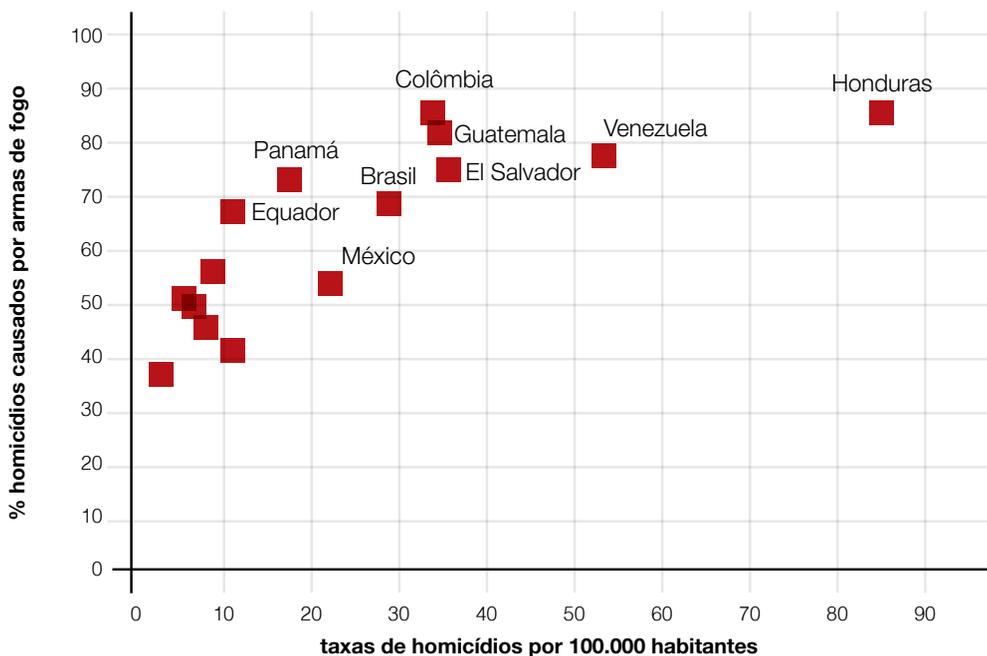
Há pelo menos dois fatores que parecem influenciar a relação entre crime organizado e violência. O primeiro está relacionado à posse de armas de fogo, e o segundo, às taxas relativas de impunidade. Na América Latina, a porcentagem de homicídios cometidos com armas de fogo é significativamente maior do que a média mundial.

Globalmente, cerca de 41% dos homicídios são cometidos com armas de fogo. Na América do Sul, essa proporção sobe para 59% e chega a 73% na América Central (Observatório de Homicídios, 2016). Os países com altas taxas de homicídio também tendem a relatar uma proporção mais alta de homicídios com armas de fogo (Figura 2). Em muitos desses países, as autoridades públicas dispõem de uma capacidade comparativamente limitada de controlar o tráfico e a posse de armas de fogo ilícitas. O crime organizado costuma ter acesso fácil a elas por meio de redes ilegais, como também através de desvios da polícia e das forças armadas⁵.

**Na América Latina,
a porcentagem de
homicídios cometidos
com armas de fogo
é significativamente
maior do que a média
mundial.**

⁵ Segundo algumas estimativas, de 45 a 80 milhões de armas de fogo legais e ilegais estão em circulação na América Latina (Stohl and Tuttle, 2008).

Figura 2. Taxas de homicídio por 100.000 habitantes e porcentagem de homicídios cometidos por armas de fogo (2012)



Fonte: Instituto Igarapé (2015) e OEA-Alertamerica (2012)

A taxa de resolução de crimes de homicídio na América Latina é ainda muito baixa. As diferenças regionais são gritantes: na Europa e na Ásia, por exemplo, respectivamente 80% e 85% de todos os homicídios são “resolvidos”. Nas Américas, a proporção cai para 50%. Ao redor do mundo, aproximadamente 43 criminosos são condenados a cada 100 vítimas de assassinatos. Nas Américas, somente 24 de cada 100 homicídios resultam em condenações. Em alguns países, esse número é inferior a 10 (UNODC, 2014: 92-94). No Brasil, menos de um a cada quatro homicídios foi resolvido, em média (Beato, 2012). Na Colômbia, o nível de impunidade para os homicídios cometidos entre 2005 e 2010 foi calculado em 96% (Comisión Asesora de Política Criminal, 2012). Durante 2007 e 2008 na Venezuela, por exemplo, foram registradas somente 9 detenções em 100 assassinatos: 9 entre cada

10 homicídios ficaram sem punição (Briceño-León, Camardiel and Ávila, 2012). Levando em conta as altíssimas taxas de impunidade, não é de surpreender que o sistema judicial não esteja conseguindo impedir os crimes violentos.

Vale lembrar que organizações criminosas e gangues frequentemente recorrem à violência instrumental, ou seja, o uso deliberado da violência para alcançar determinados objetivos. Nos países latino-americanos, a presença territorial de facções não estatais também está correlacionada com a localização da violência homicida. Observa-se que não se trata de um fenômeno generalizado pelos territórios, mas específico de alguns territórios. Nessas áreas, pode emergir uma cultura de impunidade na qual formas interconectadas de violência – interpessoal e comunitária – podem se desenvolver.

O que explica os aumentos e diminuições no número de homicídios?

Em determinadas circunstâncias, as redes criminosas podem contribuir para aumentar as taxas de homicídios. Em alguns países, há uma relação consistente entre economias criminosas específicas, em especial o tráfico de drogas, e o aumento dos homicídios (Garzón, 2015). Na Colômbia, as atividades em torno da produção de drogas respondem por até 40% dos homicídios do país (Mejía e Restrepo, 2008). No México, a taxa de homicídios triplicou entre 2006 e 2010, saltando de 8 homicídios por 100.000 habitantes em 2006 pra 23 por 100.000 em 2010, um aumento atribuído ao menos em parte aos confrontos e vinganças entre cartéis de drogas (Calderón et al, 2013; Poire, 2011). Ao mesmo tempo, um estudo de sete países na América Central identificou o tráfico de drogas como um dos fatores centrais por trás de aumentos na violência. Os principais pontos de tráfico de drogas nesses países tinham taxas de homicídio duas vezes maiores que os locais com baixa intensidade de tráfico (Banco Mundial, 2011).

A forma como os diversos grupos criminosos reproduzem a violência varia por país, cidade e bairro. Em Honduras e El Salvador, as altas taxas de homicídio estão ligadas às chamadas *maras*, ou gangues (Muggah, 2016). Diversas facções se enfrentam rotineiramente em confrontos violentos por controle de territórios, remessas e vendas, e como parte de alianças com grupos de crime organizado mais estabelecidos (Arnson e Olson, 2011). No Brasil, a face mais visível da violência são as facções de tráfico de drogas e as milícias que atuam em algumas cidades – principalmente nas “bocas de fumo” de áreas de baixa renda próximas de bairros mais ricos – e se envolvem em disputas territoriais. No México, os cartéis têm usado gangues em disputas pelas plazas (pontos de distribuição de drogas) e zonas de trânsito.

A influência de redes criminosas nos padrões de violência na América Latina é apenas parte da história. A violência associada a disputas entre grupos, guerras declaradas por territórios e o uso da força para impor uma ordem informal sobre as comunidades é a manifestação mais visível destes mercados ilícitos. Entretanto, para compreender genuinamente a dinâmica dos homicídios na América Latina, é preciso levar em conta não somente os locais onde a violência é positivamente

associada ao crime organizado como também os espaços em que a taxa de homicídio é baixa. Este fenômeno emerge quando as organizações criminosas controlam territórios ou chegam a algum tipo de acordo com potenciais concorrentes e rivais.

Para compreender genuinamente a dinâmica dos homicídios na América Latina, é preciso levar em conta não somente os locais onde a violência é positivamente associada ao crime como também os espaços em que a taxa de homicídio é baixa.

Regulação da violência pelo crime organizado e a redução de homicídios

Em alguns lugares da América Latina, as taxas de homicídio estão estáveis ou em declínio. Em certos casos, isto se deve à presença de instituições públicas robustas e à melhoria das condições sociais e econômicas. Em outros, porém, decorre da capacidade do crime organizado regular o uso da violência. Dois exemplos são particularmente ilustrativos: Medelim e El Salvador. As variações nas taxas de homicídio, no entanto, se devem a múltiplos fatores e circunstâncias, de modo que é difícil calcular o peso de cada variável.

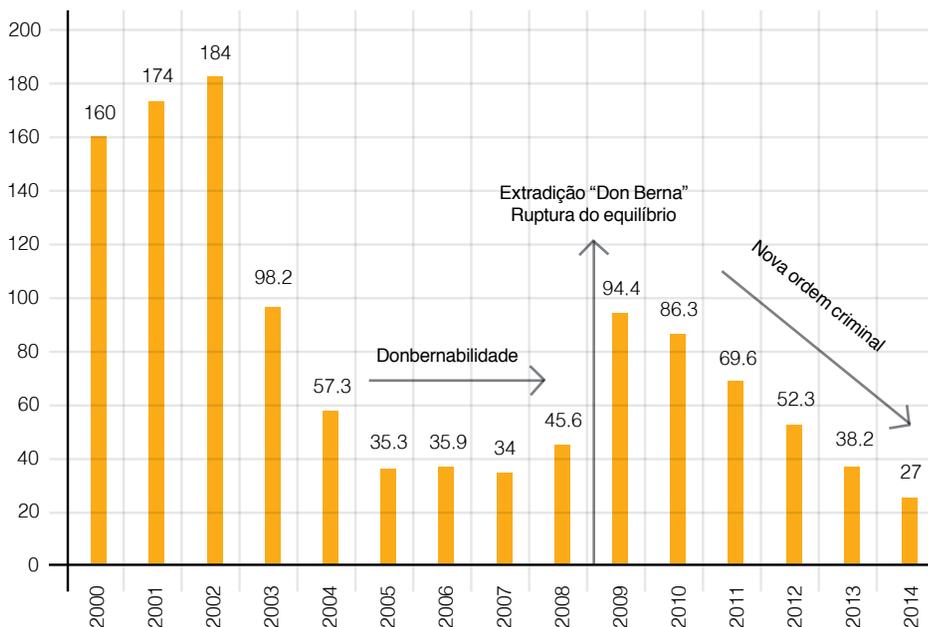
Os paramilitares de Medelim e os “combos” como reguladores do crime

Um grupo paramilitar colombiano com forte envolvimento no tráfico de drogas foi desmobilizado ao fim de 2003. A organização era conhecida como Bloque Cacique Nutibara (BCN) e concordou em se desarmar após negociar um acordo com o governo colombiano. O grupo se comprometeu a encerrar as hostilidades, entregar as armas e retornar à vida civil (Centro de Memoria, 2014). Apesar da dissolução informal, a influência do BCN sobre as organizações criminosas em Medelim, sua base de fato, continuou inalterada. Ele coordenava uma ampla rede controlada e regulada por um ex-comandante paramilitar conhecido pelo pseudônimo “Don Berna”.

Com a declaração do fim das hostilidades e a influência crescente do BCN, a taxa de homicídios em Medelim caiu pela metade – de 184 por 100.000 em 2012 para 98,2 por 100.000 habitantes em 2013. Logo após a desmobilização total do grupo, entre 2005 e 2007, a taxa de homicídios diminuiu para apenas 30 mortes por 100.000 habitantes durante três anos consecutivos (Giraldo e Preciado, 2015). No entanto, extradição de Don Berna para os Estados Unidos, em 2008, foi o suficiente para o rompimento da ordem estabelecida, chamada coloquialmente de “Donbernabilidade” (Llorente e Guarín, 2013). A saída

do líder foi o estopim de um surto de violência entre facções criminosas que tentaram preencher o vácuo de poder (veja a Figura 3).

Figura 3. Taxa de homicídio em Medellín (2000-2014)



Fonte: Medellín como Vamos, 2015.

Há duas explicações dominantes para as reduções nos níveis de violência desde 2011. A primeira sugere que teria havido uma reafirmação da hegemonia de uma estrutura criminosa peculiar, conhecida como La Oficina, ou O Escritório. Aliada aos pactos entre os chamados combos (que correspondem a cerca de 240 facções criminosas que exercem controle local), ela explicaria a queda brusca da violência. Uma segunda teoria é a de que as autoridades públicas foram capazes de impor o controle através de intervenções contra as facções criminais e do foco em áreas mais periféricas e pobres. O aumento do orçamento alocado para a justiça e a segurança e as operações policiais contra facções criminosas são amplamente entendidos como elementos cruciais da recuperação de Medellín. Assim, a cidade está vivenciando uma trégua criminosa frágil aliada ao fortalecimento gradual das instituições municipais.

A trégua das gangues de El Salvador

Em 2012, o governo salvadorenho e as duas gangues dominantes no país – Mara Salvatrucha e Barrio 18 – chegaram a uma trégua. Os efeitos dessa medida nos homicídios foram profundos. As taxas de homicídio caíram de 70,1 por 100.000 habitantes em 2011 para 41 por 100.000 no ano seguinte. A trégua expôs dois fatos dignos de nota: primeiro, que o poder de negociação das gangues estava intrinsecamente ligado à violência e, segundo, que as autoridades dependiam em grande medida da disposição e capacidade dos líderes das gangues de reduzir a violência letal no país (Cruz, 2013).

Desde o início, a trégua foi frágil e não contou com apoio público. O Executivo foi ambivalente e não investiu os recursos necessários para fortalecer o processo. Em maio de 2013, no período que antecedeu às eleições presidenciais, o Executivo decidiu pôr fim à trégua. As taxas de homicídio começaram a subir imediatamente. Até junho de 2014, quando o novo governo assumiu, todos os canais de diálogo e mediação com as gangues haviam sido cortados. No início de 2015, o Executivo anunciou a nova estratégia antigangues (Figura 4).



Grafite da Mara Salvatrucha, El Salvador.

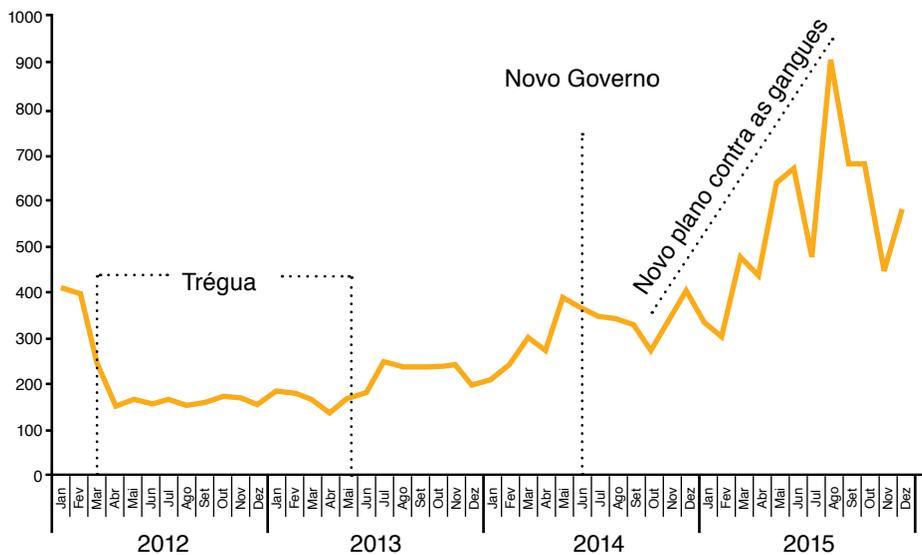
De acordo com dados da Polícia Nacional de el Salvador, em 2015, houve 6.640 homicídios, o que se traduz em uma taxa de homicídio nacional 104 por 100.000 habitantes - mais de 17 vezes a média

global (Figura 5). Desde então, uma ofensiva policial agressiva está relacionada a dezenas de massacres e ao desaparecimento de chefes de gangues (Muggah, 2016).



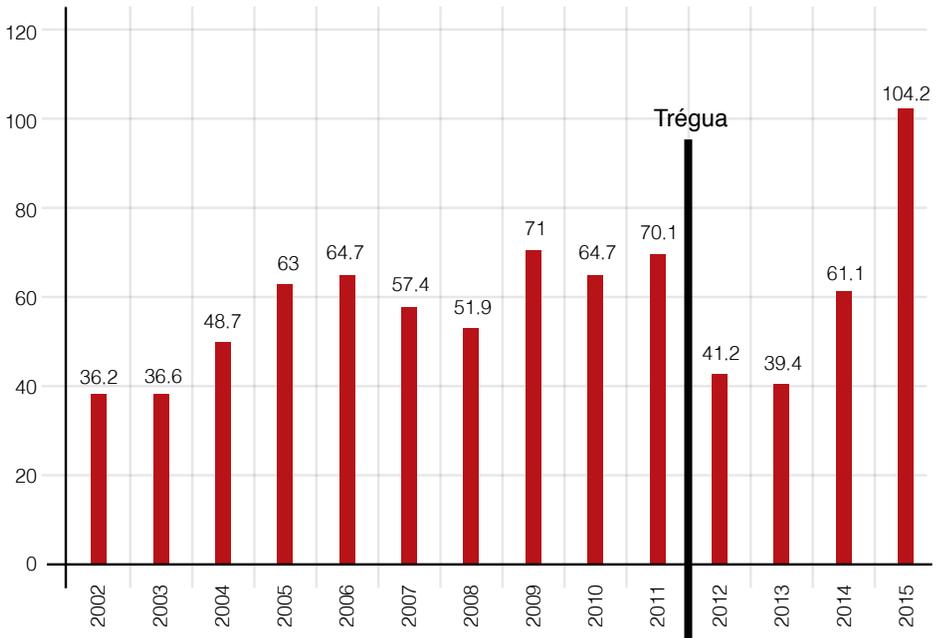
Membro da Mara Salvatrucha de El Salvador.
Foto: Moises Saman

Figura 4. Homicídios mensais em El Salvador (2012-2015)



Fonte: Polícia Nacional de El Salvador

Figura 5. Taxas de homicídio em El Salvador antes e depois da trégua (2002-2015)



Fonte: Polícia Nacional de El Salvador - Prensa Gráfica, 2015

Os casos de Medellín e El Salvador ilustram o papel do crime organizado na regulação do uso da violência. A depender de sua capacidade de controlar redes criminosas, conseguem estabelecer um equilíbrio semi-estável. Existem estruturas semelhantes na Guatemala, Brasil e México, onde quedas bruscas nos homicídios se devem mais a acordos informais do que a ações planejadas e lideradas pelo governo. A redução das mortes violentas é um indicador positivo de progresso, mas nem sempre explica de forma adequada o que está havendo sob a superfície.

A guerra às drogas, as políticas de *mano dura* e o aumento da violência

Para compreender plenamente a relação entre o crime organizado, as gangues e a violência letal na América Latina, é importante entender também o papel do Estado. Um foco central dos países das Américas tem sido a guerra contra as drogas e os atores que lucram com elas. Uma estratégia-chave adotada pelos países da América Central e do Sul é a política da *mano dura*, focada na repressão. Entre suas medidas, encontram-se a implementação de operações militares e policiais, condenações mais severas e detenções prolongadas. É um grande desafio determinar o impacto dessas intervenções na violência letal.

Na América Latina, os esforços do Estado para dismantelar os mercados ilegais e grupos armados acabam impulsionando a violência letal. Especialistas constataram que as taxas de homicídio podem aumentar em decorrência da proibição das drogas, e que interromper mercados ilegais, paradoxalmente, pode aumentar a violência (Werb et al., 2011; Rolles et al., 2012: 54-59). O redemoinho de violência no México desde a declaração da guerra às drogas, em 2006, é um bom exemplo. Por toda a América Latina, a violência associada ao crime organizado (execuções, confrontos e agressões) cresceu mais rapidamente do que outras formas de crimes não violentos (Roble et al., 2013: 9). Há também uma forte relação entre a prisão e eliminação de líderes de gangues e o aumento da violência (Guerrero, 2011), entre as intervenções militares e o aumento dos homicídios (Espinosa e Rubin, 2015) e entre a prisão de líderes de gangues e o aumento de crimes comuns (Calderón et al., 2013).

Além disso, essas políticas justificaram ainda altas taxas de violência cometida pelo Estado, principalmente assassinatos extrajudiciais. Os países da América Latina apresentam taxas exorbitantes de mortes causadas por policiais em comparação aos países desenvolvidos (Tabela 1). Na Colômbia, o caso dos chamados “falsos positivos” – quando civis inocentes são assassinados e apresentados de modo a aparentar serem

guerrilheiros mortos em combate – revela as consequências trágicas de uma política de segurança baseada na contagem de corpos inimigos (Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos, 2013). No estado do Rio de Janeiro, a Anistia Internacional estimou que cerca de 8.500 pessoas tenham sido mortas em intervenções policiais entre 2005 e 2014 (Anistia Internacional, 2015).

Tabela 1. Pessoas mortas em confrontos com policiais em serviço

País	Pessoas mortas em confrontos com policiais em serviço	População	Ano de referência
Brasil	3009	193 milhões	2014
México	1652	119 milhões	2011
EUA	1068	311 milhões	2015
África do Sul	706	51 milhões	2011
Venezuela	704	27 milhões	2010
República Dominicana	268	10 milhões	2011
Austrália	94	23 milhões	1992-2012
Reino Unido	15	9 milhões	2011
Alemanha	15	8,7 milhões	2010-2011
Finlândia	6	5,4 milhões	2013
Canadá	0	33 milhões	2011

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2013: 126; 2015); The Guardian (2015); Lartey (2015)

A raiz da violência: a fragilidade do Estado

A relação entre o crime organizado e a violência não ocorre no vácuo, mas no contexto de Estados fracos, sendo que em muitos casos, as instituições públicas são cooptadas por facções criminosas⁶. Em contraste, os Estados capazes de aplicar a lei, sustentar uma governança responsável e manter níveis de corrupção relativamente baixos correm um risco menor de apresentar altas taxas de violência letal (Fearon, 2010; Walter, 2010). A menos que as autoridades públicas sejam capazes de estabelecer e consolidar sua autoridade legítima em um dado território, elas terão dificuldade em prevenir e reduzir os homicídios (Boer e Bosetti, 2015).

Em última instância, todo país conta com algum grau de crime organizado e infiltração de mercados ilícitos. A extensão desta infiltração em instituições públicas e sua influência na economia formal, naturalmente, são relevantes (Eisner, 2015), e a diferença crucial está no modo como as autoridades governamentais respondem a isso. Ao invés de buscar erradicar as economias e estruturas criminosas por meio do uso da repressão, os Estados são mais eficazes quando procuram remodelar seu comportamento de modo a torná-las menos visíveis e violentas (Calderón e Felbab-Brown, 2013). Um dos problemas fundamentais da América Latina é a limitada capacidade do Estado de influenciar o comportamento de organizações criminosas, em especial no que tange ao uso da violência. Ao contrário, é o crime organizado que conseguiu, em algumas instâncias, tornar as instituições estatais menos eficazes e mais suscetíveis a sua influência.

⁶ O Banco Mundial mostrou que a fragilidade das instituições frequentemente é um fator-chave por trás de ciclos de violência (Banco Mundial, 2012).

Referências

Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos. *Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the situation of human rights in Colombia*. Conselho de Direitos Humanos, 22a sessão. Nações Unidas, 2013.A/HRC/22/17/Add.3.

Anistia Internacional. (2015). *You killed my son: homicides by Military Police in the city of Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional.

Arnson, C.; Olson, E. (eds.) (2011). *Organized crime in Central America: the Northern Triangle*. Washington DC: Woodrow Wilson Center.

Banco Mundial. (2011). *Crime and violence in Central America: a development challenge*. Washington DC: Banco Mundial.

Banco Mundial. (2012). *World development report 2011*. Washington DC.

Beato, C. (2012). *Crimes e cidades*. Belo Horizonte: UFMG.

Boer, J.; Bosetti, L. (2015). *The crime-conflict “Nexus”: state of evidence*. United Nations University Centre of Policy Research, jul.

Briceño-León, R., Camardiel, A.; Ávila, O. (2012). (eds.). “La impunidad como causa de violencia homicida”. In: *Violencia e institucionalidad: informe sobre el Observatorio Venezolano de la Violencia 2012*. Caracas: Editorial Alfa.

Calderón, G. et al. (2013). *The temporal and spatial dynamics of violence in Mexico*. Stanford: Stanford University.

Calderón, Ania; Felbab-Brown, Vanda. (2013). “Transnational organized crime: whither antidrug policy?” *Journal of International Affairs*, v. 66, n. 1,.

Ministerio de Justicia y del Derecho / Comisión Asesora de Política Criminal. (2012). *Informe final: diagnóstico y propuesta de lineamientos de política criminal para el Estado Colombiano*. Bogotá: Ministerio de Justicia y del Derecho.

Cruz, J. M. (2008). "The impact of violent crime on the political culture of Latin America: the special case of Central America." In: Mitchell, S. (ed.), *Challenges to democracy in Latin America and the Caribbean: evidences for Americas Barometer 2006-2007*. Vanderbilt University.

Cruz, J. M. (2013). *The political workings of the Funes administration's gang truce in El Salvador*. Washington DC: Woodrow Wilson Center.

Eisner, M. (2015). *How to reduce homicide by 50% in the next 30 years*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé – Nota de Homicídios 1.

El Faro (2015). *La tasa de homicidios de El Salvador supera a la de Honduras*. El Faro, La Libertad, 19 ago. Disponível em: <http://www.elfaro.net/es/201508/noticias/17286/La-tasa-de-homicidios-de-El-Salvador-supera-a-la-de-Honduras.htm>.

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) (2014). *Global study on homicide 2013*. Vienna.

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) (2015). *World drug report 2015*. Vienna.

Espinosa, S.; Rubin, D (2015). "Did the military interventions in the Mexican drug war increase violence?" *The American Statistician*, v. 69, n. 1, p.17-27.

Fearon, J. (2010). *Homicide data*. Nota para o World Development Report 2011.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2013). *Anuário brasileiro de segurança pública*. São Paulo. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2013-corrigido.pdf>.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015). *9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo.

Garzón, J. C. (2013). *¿Qué dice la distribución de los homicidios en El Salvador sobre la tregua entre pandillas?* Insight Crime, jul. Disponível em: <<http://es.insightcrime.org/analisis/que-dice-la-distribucion-de-los-homicidios-en-el-salvador-sobre-la-tregua-entre-pandillas>>.

Garzón, J. C. (2015a). *Reprimir o regular: el falso dilema de la política de drogas*. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung.

Garzón, J. C. (2015b). "Fixing a broken system. Modernizing drug law enforcement in Latin America." *Transnational Institute, International Drug Policy Consortium: Series on Legislative Reform of Drug Policies*, n. 29. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/dlr29-s_0.pdf>.

Giraldo-Ramírez, J.; Preciado-Restrepo, A. (2015). "Medellín, from theater of war to security laboratory." *International Journal of Security & Development*, v.4, n.1, jun.

Guerrero, E. (2011) "La raíz de la violencia". *Nexos*, jun. Disponível em: <<http://www.nexos.com.mx/?P=leerarticulo&Article=2099328>>.

Interdisciplinary Group of Independent Experts. 2015. *Ayotzinapa Report*. Investigation and initial conclusions of the disappearances and homicides of the normalistas from Ayotzinapa.

International Institute for Strategic Studies (IISS) (2015). *Armed conflict survey 2015*. Londres: IISS.

Instituto de Medicina Legal y Ciencias Forenses. *2014 Forensis Datos para la Vida*, v.16, n.1, Bogotá, 2015.

Lartey, J. (2015). *By the numbers: US police kill more in days than other countries do in years*. The Guardian, Londres, 9 jun. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/us-news/2015/jun/09/the-counted-police-killings-us-vs-other-countries>>.

Llorente, M. V.; Guarín, S. (2013). “Éxitos y leyendas de los “modelos” de seguridad ciudadana en Colombia: los casos de Bogotá y Medellín.” In: Basombrío, C. (ed.), *¿A dónde vamos? Análisis de las políticas de seguridad en América Latina*. Washigton DC: Woodrow Wilson Center.

Medellín como Vamos. (2015). *Informe de calidad de vida de Medellín. Seguridad ciudadana*. Medelim.

Mejía, D.; Restrepo, P. (2008). *The war on illegal drug production and trafficking: an economic evaluation of Plan Colombia*. Bogotá: CEDE.

Muggah, R.; McDermott, J. (2013). “A massive drug trade, and no violence.” *The Atlantic*, abr. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/international/archive/2013/04/a-massive-drug-trade-and-no-violence/275258/>>.

OEA/ Alertamérica (2012). *Report on citizen security in the Americas: informação estatística oficial sobre segurança cidadã fornecida pela OEA member states*. Washington DC, .

PNUD. (2013). *Regional human development report 2013-2014. Citizen security with a human face: evidence and proposals for Latin America*. Nova York.

Poire, A. (2011). “Los homicidios y la violencia del crimen organizado.” *Nexos*, fev. Disponível em: <<http://www.nexos.com.mx/?p=14126>>.

Robles, G; Calderón, G.; Magaloni, B. (2013). *The economic consequences of drug trafficking violence in Mexico*. Stanford University. Documento preparado para o seminário “Los costos del crimen y de la violencia en América Latina y el Caribe”. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Rolls, S. et al. (2012) *The alternative world drug report. Counting the cost on the drug on war. Count the Costs*. Disponível em: <<http://countthecosts.org/sites/default/files/AWDR.pdf>>.

Szabo, I.; Garzón, J. C.; Muggah, R. (2013). *Citizen security rising: new approaches to addressing drugs, guns and violence in Latin America*. Norwegian Peacebuilding Resource Centre.

Stohl, R.; Tuttle, D. (2008). *The small arms trade in Latin America*. Nova York: NACLA.

The Guardian (2015). “The counted. People killed by police in the US.” *The Guardian*. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/us-news/ng-interactive/2015/jun/01/the-counted-police-killings-us-database>>.

Walter, B. (2010). *Conflict relapse and the sustainability of post-conflict peace*. *World Development Report 2011*, Documento de contexto.

Werb, Dan et al. (2011). “Effect of drug law enforcement on drug market violence: a systematic review.” *International Journal of Drug Policy Debate*, v. 22, n. 2.

As **Notas de Homicídios** são uma série de artigos curtos que destacam os riscos e consequências a longo prazo dos assassinatos, a forma como os governos contabilizam esse problema e as estratégias inovadoras para prevenir e reduzir a violência letal intencional. As Notas de Homicídios são do Observatório de Homicídios, uma ferramenta de visualização de dados desenvolvida pelo Instituto Igarapé em parceria com a Open Society Foundations (OSF) e pelo Peace Research Institute Oslo (PRIO), com colaboração do Escritório das Nações Unidas para as Drogas e o Crime (UNODC).



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS

Visite o site do Observatorio de Homicídios

homicide.igarape.org.br



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente dedicado a políticas e ações baseadas em evidência para solucionar desafios sociais complexos no Brasil, na América Latina e na África. Seu objetivo é estimular o debate, promover articulações e catalizar ações na área de segurança e desenvolvimento. Baseado no Sul Global, o Instituto Igarapé realiza diagnósticos, promove a conscientização e propõe soluções em parceria com atores públicos e privados, frequentemente através do uso de novas tecnologias. Suas principais áreas de atuação são segurança cidadã, política de drogas, segurança cibernética, consolidação da paz, desenvolvimento sustentável e redes globais. Com sede no Rio de Janeiro, o Instituto também conta com representação no Brasil, Colômbia e México. Recebe o apoio de agências bilaterais, fundações, organizações internacionais e doadores privados.

Editores:

Robert Muggah, Renata Giannini e Katherine Aguirre

Layout:

Raphael Durão - STORM DESIGN

ISSN 2359-0998



Notas de Homicídios 3



IGARAPÉ INSTITUTE
a think and do tank

Rua Conde de Irajá, 370
Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22271-020

Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org